

Edital de Credenciamento EG/Nº 15/2010

Escola de Governo abre processo de credenciamento de docentes colaboradores

A **Gerência de Capacitação e Treinamento** comunica a abertura do processo de credenciamento de Docentes Colaboradores para o conteúdo programático descrito abaixo:

Formação de Pregoeiros

Compras Públicas e Pregão: Estado para Resultados. Sistema SIAD. A licitação. Princípios Administrativos. Pregão: Atores do Pregão: Pregoeiro Equipe de Apoio e Autoridade Competente. Características do pregão. Utilização do Pregão: obrigatoriedade ou faculdade? Aplicação do Pregão: possibilidades e vedações. Fase Interna: Pregão Presencial e Eletrônico: Identificação e justificativa da necessidade. Definição do Objeto. Definição dos critérios de aceitabilidade da proposta. Definição de lotes. Amostra. Pré-qualificação. Orçamento prévio. Elaboração do Termo de Referência – conteúdo. Elaboração do Edital de Licitação. Clausulas essenciais. Aprovação do Edital de Licitação. Editais padrões. Designar Pregoeiro e Equipe de apoio. Fase Externa: Pregão Presencial e Eletrônico: Publicação do Edital de Licitação – locais e prazos. Pedidos de Impugnação e Esclarecimentos. Credenciamento de Fornecedores no Pregão Presencial. Apresentação da Declaração de Habilitação. Recebimento das propostas e julgamento. Classificação das propostas. Etapa de lances. Aceitabilidade da proposta de menor preço. Isenção de ICMS. Habilitação. CAFIMP. Aplicação LC 123/06: prazos para regularização. Aplicação da Lei Complementar 123/06 – empate ficto. Declaração do Vencedor. Fase recursal. Adjudicação. Homologação. Ata da sessão Pública. Peculiaridades do Pregão Eletrônico. Credenciamento. Encaminhamento de propostas. Classificação – etapa de lances. Desconexão. Procedimentos relacionados: Contratação. Penalidades. Pregão Deserto e Fracassado. Revogação e Anulação do Pregão. Pregões com recursos de Organismos Multilaterais. Pregão para Registro de Preços. Simulação de uma Sessão de Pregão Presencial e Pregão Eletrônico

São considerados docentes colaboradores todos os ocupantes de cargos comissionados na Fundação João Pinheiro não pertencentes ao quadro de servidores estaduais, desenvolvendo atividades docentes na Escola de Governo, servidores estaduais lotados ou à disposição de outros órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, desenvolvendo atividades docentes na Escola de Governo e professores contratados na forma da lei, inclusive professores visitantes.

Os interessados em se credenciar como professores colaboradores da Escola de Governo devem entregar, na Secretaria de Registro e Controle Acadêmico, situada à Alamêda das Acácias, 70, bairro São Luiz, sala 113-B: **o formulário preenchido “Ficha de Inscrição de Docente Colaborador”** disponível na página web da Escola (<http://www.eg.fjp.mg.gov.br>), cópia do Curriculum Vitae e cópia do diploma da titulação mais elevada, no período de 12 a 24/02 até as 17h00min.

Os profissionais interessados em prestar serviço como docentes colaboradores no **Curso de Formação de Pregoeiros** serão submetidos a um processo de credenciamento, para o qual será constituída uma banca avaliadora específica, composta por dois servidores do quadro de docentes permanentes da Escola de Governo.

A Comissão de Credenciamento de Docentes Colaborador pré-selecionará para o credenciamento os candidatos que possuam titulação, especialização e experiência profissional compatíveis com a área de conhecimento e com as necessidades do respectivo programa acadêmico, ou seja, de capacitação e treinamento, a partir da documentação apresentada pelos interessados.

Os candidatos inscritos deverão acompanhar pelo site da Escola de Governo os resultados parciais e finais do processo de credenciamento e as demais informações sobre o processo incluindo a programação das aulas avaliativas.

O não comparecimento do candidato pré-selecionado no dia e horário divulgados para a sua aula avaliativa configura na desistência do mesmo ao processo de credenciamento

A Comissão de Credenciamento de Docentes Colaboradores observa os seguintes critérios e respectivas pontuações para o credenciamento:

- Titulação:

- Doutor: pontuação 6;
- Mestre: pontuação 4;
- Especialista: pontuação 2.
- Graduação: pontuação 1.

- Experiência docente:

- mais de quatro anos: pontuação 4;
- entre 2 e 4 anos: pontuação 2;
- entre 1 e 2 anos: pontuação 1.

- Domínio do assunto: pontuação de 0 a 5.

- Didática: pontuação de 0 a 5.

A avaliação dos itens “domínio do assunto” e “didática” é baseada em aula ministrada pelo candidato.

A aula terá duração de 30 minutos, versando sobre um dos tópicos da área de conhecimento, conforme indicação da Comissão de Credenciamento.

É credenciado como docente colaborador para os cursos de treinamento e capacitação da Escola de Governo o candidato que obtiver uma pontuação total mínima de 10 pontos assim como pelo menos 3 (três) pontos nos critérios “Domínio do Assunto” e “Didática”.

Excepcionalmente, quando o candidato a docente colaborador possuir notório saber na área de conhecimento, devidamente comprovado através do seu currículo de publicações, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE poderá autorizar o credenciamento com base apenas nos critérios “Titulação” e “Experiência Docente”.

Do processo de credenciamento é elaborado a “**Ata do Processo de Credenciamento de Docente Colaborador**”, contendo a pontuação dos professores.

A **Ata da Classificação Final do Credenciamento de Docentes Colaboradores** será homologada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE e o resultado final será divulgado na página web da Escola de Governo <http://www.eg.fjp.mg.gov.br>

Os docentes credenciados serão convocados pela **Gerência de Capacitação e Treinamento** de acordo com a necessidade do curso, quando a Escola de Governo não dispuser, no seu quadro de docentes permanentes ou associados, professor qualificado para lecionar a disciplina. A convocação segue a ordem de pontuação, observada a disponibilidade e a adequação do perfil do docentes colaborador às especificidades da disciplina, da orientação e/ou da avaliação de trabalho acadêmico, tais como horário, contexto em que será oferecida a disciplina, tema do trabalho acadêmico e demais características da atividade docente.

A **Comissão de Capacitação e Treinamento** é o órgão responsável pela avaliação contínua e sistemática do desempenho do docente colaborador, podendo descredenciá-lo caso o seu desempenho seja insatisfatório.